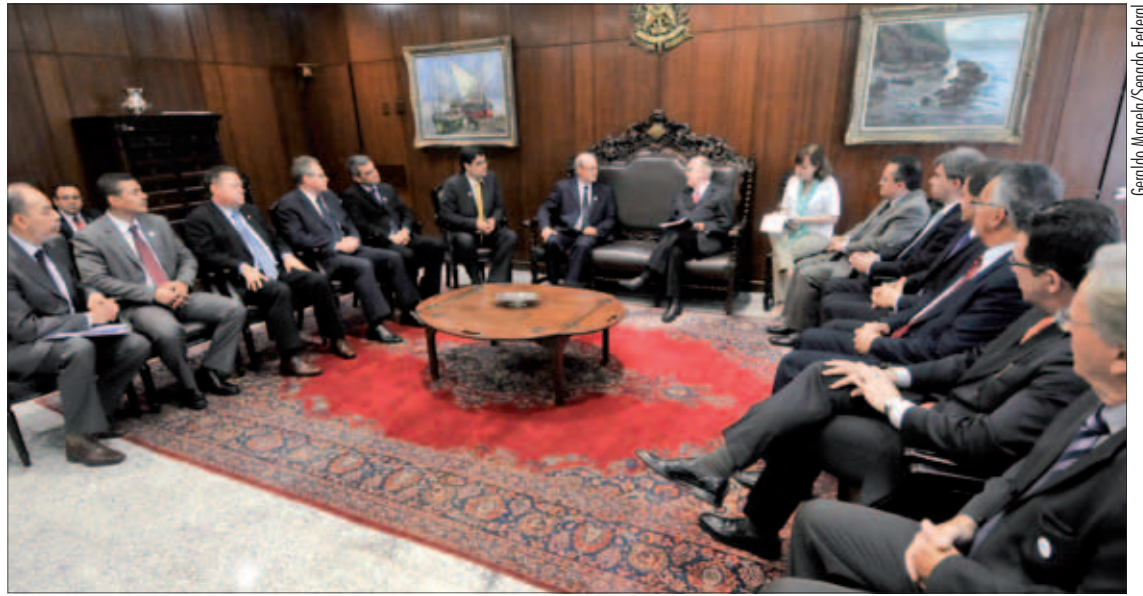




Secretários de Segurança querem mudar Código Penal

Secretários de Segurança Pública de todo o país entregaram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, uma série de propostas de alterações no Código Penal. Entre elas, facilitar autorizações de escutas em investigações e dificultar a progressão de penas. Sarney encaminhará o documento à comissão de juristas encarregada de propor a reforma do código. **3**



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Sarney recebe secretários de Segurança e avalia que documento com sugestões é um "valioso subsídio para o Senado"

Taques e Pinheiro comentam greve de policiais na Bahia **3**

Patriota debate situação dos brasiguaios com parlamentares **7**

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) vai pedir que o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, informe os parlamentares, na quinta-feira, sobre as negociações entre Brasília e Assunção em torno da situação dos agricultores brasileiros no Paraguai — os brasiguaios. **7**



Gleilson Miranda/Secom-AC

Imigração de haitianos em pauta na CPI do Tráfico de Pessoas **7**

A presidente da CPI, Vanessa Grazziotin, informou que o colegiado se reunirá no início de março, em Manaus, para obter informações sobre maus-tratos e outros abusos sofridos por haitianos na recente onda de imigração ao Brasil. **7**

Para fugir da miséria em seu país, haitianos têm entrado no Brasil conduzidos por guias clandestinos, os coiotes



Alfredo de Camargo é sabatinado na CRE, presidida por Fernando Collor

Aprovado novo embaixador para a Costa do Marfim **6**

A Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou ontem a indicação do diplomata Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo para a embaixada brasileira na Costa do Marfim.

Atual embaixador na Bolívia, Camargo disse que "a confiança e o investimento internacionais começam a retornar" à Costa do Marfim depois de o país sair de duas guerras civis. **6**

Sabatina de diretor da ANTT será dia 15 **4**

Indicado para recondução à Agência Nacional de Transportes Terrestres, Bernardo Figueiredo será ouvido por senadores da Comissão de Infraestrutura. Roberto Requião criticou o agendamento, pois queria antes audiência para apurar denúncias de ações em interesse próprio. **4**



Requião (D) defende audiência antes da sabatina, para examinar denúncias

Aviação civil terá projeto em 12 meses **5**

Diplomata espera que Rio+20 estabeleça metas **8**

CCJ discute dia 28 os poderes do Conselho de Justiça **2**

CCJ fará audiência sobre PEC que trata dos poderes do Conselho Nacional de Justiça; deverão participar a corregedora Eliana Calmon e o ex-presidente do STF Nelson Jobim

Comissão discutirá e votará os poderes do CNJ

UMA SEMANA APÓS o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecer que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pode investigar juízes sob suspeita independentemente de apuração feita pelas corregedorias dos tribunais, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) anunciou que no próximo dia 28 realizará audiência pública para orientar a votação da proposta de emenda à Constituição que explicita e amplia as competências do CNJ e da Corregedoria Nacional de Justiça (PEC 97/11).

De iniciativa de Demóstenes Torres (DEM-GO), a PEC 97/11 tem voto favorável do relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que elaborou substitutivo incluindo o texto da proposta e uma emenda de Humberto Costa (PT-PE).

Impunidade

No substitutivo, Randolfe confere poder ao CNJ para aplicar penas de perda do cargo e de cassação de aposentadoria aos juízes que cometerem irregularidades graves. Os mesmos poderes são dados ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em relação a procuradores e promotores.

“Vitaliciedade não pode ser sinônimo de impunidade. É necessário prever meios eficazes de destituir de funções tão importantes pessoas que não são dignas de as exercerem”, avalia o relator no parecer.

A PEC 97/11 introduz “inovações substanciais” na Constituição, segundo Randolfe. Estão nessa condição, por exemplo, a permissão para o chefe da Corregedoria Nacional de Justiça requisitar perícias, informações e documentos — inclusive sigilosos — de autoridades fiscais e monetárias e a paralisação de processos disciplinares em curso nos



O senador Demóstenes Torres (E) é autor da PEC que trata dos poderes do CNJ

tribunais caso o CNJ comece a investigar um juiz sob suspeita.

A emenda de Humberto Costa também inova ao estender ao CNMP as mesmas prerrogativas definidas para o CNJ.

Tanto a PEC 97/11 como a emenda procuraram deixar clara a competência concorrente e autônoma do CNJ e do CNMP, respectivamente, frente às corregedorias dos tribunais para processar e julgar juízes e membros do Ministério Público denunciados.

“Há o risco de que as interpretações tendenciosas desenvolvidas para reduzir as competências do CNJ venham a surgir relativamente ao CNMP. O movimento de setores organizados contra o CNJ é a demonstração mais clara de que incomoda determinados segmentos, os quais, até o advento do conselho, pareciam imunes a qualquer controle ou fiscalização”, pondera Humberto.

Demóstenes pediu o comparecimento do ex-presidente do STF Nelson Jobim; da ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon, atual corregedora nacional de Justiça; e do juiz Paulo Schmidt, vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra).

Mais força

O QUE O STF DECIDIU

► O CNJ pode abrir investigação contra juízes sob suspeição, independentemente de apuração feita pelas corregedorias dos tribunais (competência originária e concorrente).

► Não cabe ao CNJ definir de quem é a competência para proceder essa apuração no âmbito dos tribunais.

O QUE DIZ A PEC 97

► O CNJ poderá instaurar e julgar, de ofício ou a pedido de qualquer cidadão, processos administrativos disciplinares contra membros do Judiciário ou servidores de seus serviços auxiliares.

► O CNJ terá competência autônoma e concorrente frente às corregedorias dos tribunais na apuração de irregularidades cometidas por magistrados.

► O CNJ poderá aplicar as penas de perda do cargo e de cassação de aposentadoria aos juízes que cometerem irregularidades graves.

► O chefe da Corregedoria Nacional de Justiça (órgão do CNJ) poderá requisitar perícias, informações e documentos — inclusive sigilosos — de autoridades fiscais e monetárias.

► Os mesmos poderes do CNJ serão estendidos ao Conselho Nacional do Ministério Público no exame dos atos de procuradores e promotores.

Sarney recebe presidente do Conselho de Engenharia

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o engenheiro José Tadeu da Silva, que assumiu a presidência do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) para mandato de três anos. Ele entregou a Sarney convite para a posse da nova diretoria do órgão, que será realizada em 14 de março, no Auditório Petrônio Portela, no Senado.

No encontro, Silva colocou à disposição do Congresso o conhecimento técnico e científico reunido nos conselhos



José Tadeu da Silva destaca papel de engenheiros e agrônomos do país

regionais e no Confea. Ele ressaltou a importância de engenheiros e agrônomos para

o desenvolvimento do país.

— Cerca de 80% de tudo o que se faz no Brasil passa pela engenharia e pela agronomia.

O presidente do Confea também comentou projeto (PLS 491/11) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que cria a exigência da inspeção prévia e periódica em edificações. Ele considerou o projeto bom, mas sugeriu pequenos ajustes, como a especificação de que os laudos sejam feitos conforme parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Ricardo Ferraço elogia STF por decisão em favor do CNJ

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou ontem que o Supremo Tribunal Federal (STF) deu prova de estar à altura de seu poder constitucional ao restaurar a competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para apurar irregularidades de juízes.

Os princípios da transparência e da igualdade falaram mais alto que o corporativismo, disse Ferraço, para quem esvaziar o papel do CNJ seria caminhar contra a história da maturidade política e de todas as conquistas que o Brasil alcançou nas últimas décadas.

— Longe de representar interferência indevida nos tribunais e de alimentar uma crise no Judiciário, a fiscalização exercida pelo conselho garante transparência e respeito a um Poder já apontado tantas vezes como caixa-preta.

Ferraço disse que as corregedorias dos tribunais são insuficientes para dar conta da fiscalização, que abrange desde denúncias de privilégios até a venda de sentenças judiciais.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) condenou o corporativismo em todas as instâncias do poder público. Anunciou ainda que está colhendo assinaturas para apresentação de uma proposta de emenda à Constituição que torna obrigatória a publicação das folhas de pagamento de todos os agentes públicos dos três Poderes.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) saudou o discurso de Ferraço, mas manifestou preocupação com o cumprimento das normas legais no Brasil, onde algumas leis “pegam” e outras, não.



Transparência falou mais alto que corporativismo, diz senador

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h Hoje não haverá votação de matérias. A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os primeiros inscritos, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aníbal Diniz (PT-AC).

Código Penal Comissão de juristas

14h Reunião da comissão de juristas encarregada de elaborar anteprojeto da reforma do Código Penal.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Pedro Taques defende votação da PEC 300

O presidente da Subcomissão de Segurança Pública, Pedro Taques, pediu à Câmara dos Deputados a votação da PEC 300/08, que fixa piso salarial nacional para policiais e bombeiros. Taques acredita que a demora no exame da matéria é uma das razões da paralisação de policiais na Bahia e da ameaça de outras greves pelo país. Na quarta-feira, o senador havia ressaltado que a Constituição proíbe expressamente a greve nas polícias militares.

— Eu entendo que a PEC 300 é a causa desses movimentos e não podemos fugir ao debate sobre ela. É lógico que alguns estados não têm condições de pagar. Nós temos que saber o porquê — disse.

Taques salientou aos secretários de Segurança Pública que estiveram ontem no Senado que a Casa não tem se furtado a discutir a onda de violência na Bahia em meio à greve de policiais militares. O assunto foi tema de discussão na terça-feira, em reunião da subcomissão presidida por ele.

— Debateremos essa lamentável situação na Bahia, que já tem repercussão em outros estados da Federação.

Taques ressaltou que a subcomissão deverá examinar o PLS 710/11, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que visa regulamentar o direito de greve dos servidores públicos. O projeto proíbe a greve nas Forças Armadas, nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares.

Após a reunião com Sarney, o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, também disse ser favorável à aprovação da PEC 300/08.

— Acho que ela é muito bem-vinda, mas acho, em contrapartida, que tem que se ver de onde vai sair o recurso para se pagar. Acho que só aprová-la não é o caminho mais coerente. Tem que se dizer também como ela vai ser paga — destacou Beltrame.



Pedro Taques também é a favor da regulamentação do direito de greve



Ao lado de José Sarney, o presidente do Consesp, Wantuir Francisco Brasil Jacini, apresenta as sugestões dos secretários de Segurança Pública de vários estados

Secretários de Segurança Pública pedem mudanças no Código Penal

Representantes de vários estados levaram a Sarney sugestões para o anteprojeto do código, que está sendo elaborado por grupo de juristas

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu ontem de secretários de Segurança Pública de todo o país propostas de mudanças no Código Penal e em projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Os textos foram elaborados pelo Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (Consesp).

Segundo José Mariano Beltrame, secretário de Segurança do Rio de Janeiro, as sugestões consideraram problemas comuns a todos os estados.

— O colegiado de secretários vem, há praticamente dois anos, fazendo uma revisão do que já existe. Apresentamos algumas pequenas alterações, algumas sugestões, para contemplar todo o país — disse Beltrame.

Sarney classificou o documento de “valioso subsídio

para o Senado” e prometeu encaminhar as sugestões à comissão de juristas encarregada de propor a reforma do Código Penal.

O presidente da Subcomissão de Segurança Pública do Senado, Pedro Taques (PDT-MT), lembrou que o colegiado também tem trabalhado no levantamento de projetos de lei sobre o tema e disse que se reunirá com o presidente da comissão de juristas encarregada de propor modificações no Código Penal, ministro Gilson Dipp, para promover integração de esforços.

— Essas duas comissões poderão, num trabalho integrado, trazer para a sociedade brasileira uma lei penal que possa garantir segurança, tranquilidade e proteção dos direitos fundamentais — assinalou.

Grupo quer que escutas sejam facilitadas em investigações

Os secretários de Segurança Pública pediram ao Senado as seguintes mudanças: tornar crime a participação em milícias, dificultar a progressão de pena (incluindo a exigência de exame criminológico para permitir o cumprimento da pena em regime semiaberto) e facilitar a internação compulsória de dependentes químicos.

Outra proposta trata da interceptação de conversas por telefone e internet. Os secretários pedem o direito de seguir condenados que estão foragidos e maior abertura nas autorizações de escutas nas investigações criminais.

Eles sugerem a criação de cadastro nacional único de acusados, suspeitos e condenados por assalto a banco. Assim, haveria a interligação dos estados nas ações contra quadrilhas especializadas nesse tipo de crime.

Beltrame defendeu uma definição sobre a criminalização ou não do jogo do bicho. A proposta, porém, não faz parte do documento entregue a Sarney.

— O Estado precisa decidir sobre o jogo do bicho. Como está não pode ficar — afirmou.

O Código Penal é de 1940 e passou por revisão geral em 1984.

Pinheiro: greve da PM foi alerta



Waldemir Barreto/Senado Federal

Walter Pinheiro (PT-BA) assinalou que a greve da Polícia Militar da Bahia deve servir como alerta para que os congressistas passem a discutir imediatamente “quais alternativas devem ser construídas e que processos devem

ser estabelecidos para que uma política de segurança pública seja instalada verdadeiramente neste país”.

Os profissionais da segurança pública devem ser vistos com “um cuidado muito maior”, disse o senador.

Para Walter Pinheiro, o governador Jaques Wagner “deu uma grande contribuição ao debate nacional” e “não se deixou contaminar nem se alterar”, concedendo aos PMs sua principal reivindicação: gratificação salarial. O senador elogiou a anistia aos policiais que aderiram ao movimento de forma pacífica e a presidente da República, Dilma Rousseff, por ter determinado o deslocamento da Força Nacional para a Bahia.

Para Requião, Veja “tortura a verdade”



Waldemir Barreto/Senado Federal

Roberto Requião (PMDB-PR) refutou ontem reportagem publicada na revista *Veja* desta semana que atribuiu ao seu governo no Paraná (2003-2010) a escalada da violência em Curitiba. Para Requião, o texto “tortura a verdade” e

está apoiado em “estatísticas sabidamente distorcidas”. Ele citou como exemplo os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro para apontar os diferentes critérios de contagem de homicídios: em São Paulo, com base nas ocorrências de homicídios (cada uma pode ter mais de uma vítima); no Rio, com base no número de homicídios resolvidos.

— Como, então, a gloriosa revista da Abril vem falar em média nacional, se os métodos de coleta dos números são díspares? — questionou.

Ele defendeu a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 141/11) para regular o direito de resposta de pessoas ofendidas por matérias jornalísticas. O texto tramita na CCJ.

Suplicy: ação em SP desrespeitou dignidade

A opinião do desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo José Osório de Azevedo Júnior, con-



Waldemir Barreto/Senado Federal

tida em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, foi registrada em Plenário por Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador disse admirar o advogado, que defendeu a função social da propriedade e o direito à dignidade da população no episódio de desocupação da favela do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), há poucas semanas. No artigo, Azevedo Júnior argumenta que, em alguns casos, deve prevalecer o respeito à dignidade e ao interesse social.

Agendamento foi marcado por polêmica, porque Roberto Requião defendia audiência prévia para apurar denúncias sobre o indicado

Diretor da ANTT será sabatinado por senadores na quarta-feira

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) marcou para quarta-feira a sabatina de Bernardo Figueiredo, indicado para novo mandato como diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A decisão foi controversa, já que Roberto Requião (PMDB-PR) defendia que a sabatina fosse antecedida de audiência para exame de denúncias sobre o indicado.

Requião acusa Figueiredo de defender interesses privados no comando da ANTT, deixando de exigir cumprimento dos contratos com as concessionárias do setor ferroviário e permitindo a dilapidação do patrimônio da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

Segundo o senador, há “simbiose” entre as atividades públicas e privadas de Figueiredo, que atuou na RFFSA e participou dos estudos da privatização, para depois se tornar sócio de uma das empresas vencedoras.

Ano passado, Requião apresentou as denúncias à comissão e conseguiu aprovar uma audiência para ouvir os procuradores federais que investigaram a RFFSA. Ele explicou que sua intenção era uma diligência, mas, devido a erro de sua assessoria, o requerimento citou audiência.

Apesar do erro, a presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), providenciou a diligência. Mas o impasse persistiu: para Requião, a sabatina não

poderia ser marcada sem a conclusão da diligência e da audiência.

— Não vejo necessidade na antecipação. Pelo contrário, vejo necessidade absoluta de que a indicação de Figueiredo seja esclarecida — cobrou.

Lúcia Vânia e o líder do PT, Walter Pinheiro (BA), responderam que não se tratava de antecipação, mas que a comissão estava cumprindo o que fora solicitado, para que todo o material estivesse disponível no próprio dia da sabatina e pudesse ser examinado na mesma oportunidade, nem antes nem depois.

— Nós não podemos ficar aqui até o ano dois mil e não sei quanto, senador Requião,

aguardando para fazer a sabatina — observou Pinheiro.

O relator da indicação, Lindbergh Farias (PT-RJ), favorável à recondução de Figueiredo, assegurou que Requião teria a oportunidade de apresentar todos os fatos de seu conhecimento durante a sabatina, mas que seria fundamental acelerar o exame da matéria, pois o mandato de Figueiredo se encerra no dia 18 e depois o órgão deixará de ter quórum para deliberar, pois ficará com apenas dois diretores.

— Então, sem rodeios, o que queremos, sem prejuízo de debate, de nada, é marcar a data da sabatina para a próxima semana — concluiu.



Lindbergh Farias (E), relator da indicação, é favorável à recondução do diretor da ANTT. Já Roberto Requião (D) acusa o indicado de defender interesses particulares

Ministro deve debater situação da malha ferroviária

As linhas férreas e o risco de apagão logístico no Brasil serão abordados em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), conforme solicitação de Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele sugere que sejam convidados, entre os outros, o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, e o diretor-geral da Agência Nacional de Trans-

portes terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo. A audiência ainda não tem data marcada, e também deverá receber os presidentes da Associação de Comércio Exterior do Brasil e de entidades de transportadores ferroviários e usuários.

Ferraço informou que, desde 2000, a quantidade de toneladas que circulam no país aumentou em 184%, mas o

número de rodovias asfaltadas subiu apenas 18% e as linhas de trem cresceram somente 500 quilômetros. No requerimento, ele cita entrevista em que Figueiredo afirma que o país vem operando no “limite da gambiarra” e alerta para o risco de apagão logístico.

Na mesma reunião, foi aprovado outro requerimento de Ferraço solicitando audiência

sobre a estratégia da concessão de 77 terminais portuários a operadores privados. O ministro dos Transportes será também convidado.

Um terceiro requerimento aprovado, de Acir Gurgacz (PDT-RO), solicita ciclo de audiências sobre as licitações dos sistemas internacionais, interestaduais e intermunicipais de passageiros.

Anibal Diniz comemora os 32 anos do Partido dos Trabalhadores



Ao festejar os 32 anos do PT, Anibal Diniz (AC) enalteceu a contribuição do partido para a democracia, tanto na discussão dos grandes temas nacionais quanto no desempenho parlamentar, e mostrou-se confiante na capacidade de Dilma Rousseff manter o “ciclo virtuoso” de distribuição de renda.

— O PT se consolidou como um partido forte, em ascensão, que surgiu de uma iniciativa movida pela razão na década de 1970. Foi o resultado direto da luta pela democracia e da organização sindical de operários — disse.

Para o senador, os governos Lula e Dilma têm dado contribuições incontáveis ao país, como os avanços na ascensão social e recuperação da respeitabilidade internacional.

Wellington Dias homenageia PT e Apolônio de Carvalho



Os 32 anos do único partido de sua vida, o Partido dos Trabalhadores, comemorados hoje, foram registrados ontem por Wellington Dias (PI). O senador cumprimentou todos os filiados ao partido e informou que na festa, em Brasília, estão previstas as

presenças da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula.

Os cem anos do nascimento de Apolônio de Carvalho também foram registrados por Wellington Dias. O militante comunista nasceu em Corumbá (MS), em 1912, morreu no Rio de Janeiro, em 2005, e “foi um exemplo de militante internacionalista e um otimista incorrigível”.

Ivo Cassol assinala entrega de títulos rurais em Rondônia



Ivo Cassol (PP-RO) cumprimentou o Ministério do Desenvolvimento Agrário pela entrega dos primeiros títulos rurais em Rondônia. O evento está marcado para amanhã, em São Francisco do Guaporé.

Os títulos são fundamentais no combate aos desmatamentos e às queimadas na Amazônia, favorecendo a identificação dos responsáveis, de acordo com o senador. A documentação é importante para dar aos produtores rurais acesso às linhas de financiamento.

Cassol voltou a criticar a “bola de neve” da dívida do extinto Banco do Estado de Rondônia (Beron). Com a intervenção do Banco Central, ela saltou de R\$ 48 milhões em 1995 para R\$ 548 milhões em 1998. Já foram pagos quase R\$ 2 bilhões e ainda restam R\$ 3 bilhões, nos próximos 18 anos.

Vicentinho Alves foi eleito presidente do colegiado, que terá Walter Pinheiro como relator. Serão 12 meses de trabalho para apresentar projeto de regulamentação

Subcomissão fará proposta para aviação civil

A AMPLIAÇÃO DO acesso da população a viagens aéreas, as concessões de aeroportos e a transferência de competências de gestão para órgãos civis estão entre as transformações que motivaram a instalação da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, ontem. O novo colegiado pretende ouvir os diversos segmentos da aviação e depois apresentar contribuições para uma política pública para o setor.

Vicentinho Alves (PR-TO) foi eleito presidente da subcomissão, ligada à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Na reunião presidida por Lúcia Vânia (PSDB-GO),

Vital do Rêgo (PMDB-PB) foi eleito vice-presidente, e Walter Pinheiro (PT-BA) foi indicado relator. Também integram o colegiado Eduardo Braga (PMDB-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

— A aviação tem um papel importantíssimo num país continental como o nosso, fazendo o papel de integração do país — frisou Vicentinho.

A subcomissão atuará por 12 meses e fará audiências públicas para discutir, entre outros assuntos, a atuação dos órgãos de gestão e fiscalização do setor; a situação da aviação comercial, com ênfase nos serviços regionais; a formação

de pessoal e as condições de trabalho dos pilotos; a manutenção de aeronaves; e as concessões de aeroportos.

O presidente da subcomissão destacou temas como a definição de carga horária para pilotos de empresas de táxi-aéreo e a alta carga tributária que incide sobre o segmento. Também apontou a necessidade de melhor definição das atribuições de cada órgão público que atua no setor.

— Ao final dos trabalhos, queremos apresentar à presidente Dilma um projeto para regulamentar a aviação como um todo: as empresas, desde

o ultraleve, que ocupa espaço aéreo, passando pela aviação geral, táxi-aéreo, aviação regional, companhias e seus profissionais.

Blairo Maggi (PR-MT) lembrou projeto de sua autoria (PLS 434/11), que trata da jornada de trabalho dos aeronautas. Observou que o projeto gerou polêmica e mostrou a necessidade de aprofundar a discussão sobre o assunto, tendo assim contribuído para a criação da subcomissão.

— Quero me colocar à disposição para ajudar a subcomissão a encontrar mecanismos para assegurar a proteção aos aviadores, mas também boas

condições para aqueles que transitam Brasil a fora — disse.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sugeriu que o novo colegiado acompanhe o processo de concessão de aeroportos, e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu atenção para a aviação regional.

— Este é um dos maiores problemas da aviação, pois as regiões que mais precisam são as que possuem a mais precária infraestrutura e, por essa razão, é onde os preços são caríssimos — disse, ao afirmar que uma passagem aérea para o interior do Amazonas custa mais que uma de Manaus a São Paulo.



Lúcia Vânia presidiu sessão em que Blairo citou jornada dos aeronautas



Vicentinho Alves (D) foi eleito presidente da subcomissão e indicou Walter Pinheiro como relator: 12 meses de trabalho

Senado quer esclarecimentos sobre leilão de aeroportos

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) vai convidar autoridades da aviação civil a prestar esclarecimentos sobre o leilão dos aeroportos de Guarulhos e Viracopos, em São Paulo, e de Brasília. Para Francisco Dornelles (PP-RJ), que propôs a audiência pública, a privatização foi um sucesso para o caixa do governo, mas falta explicar como as operadoras vão conseguir investir nos terminais.

— Considero importante que se explique a essa comissão como será possível atingir a qualidade do serviço

pretendida com os recursos que sobrarão após o pagamento ao governo — salientou.

Dornelles sugeriu convite apenas ao presidente da Infraero, Gustavo do Vale. Mas foram ainda aprovadas as sugestões da presidente da CI, Lúcia Vânia, para que a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República também esteja presente, e de Walter Pinheiro, para a participação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Lúcia Vânia observou que a secretaria teve participação direta na modelagem do leilão.



Para Dornelles, investimentos em melhorias são incógnita

Dornelles apontou que o leilão propiciou ao governo arrecadação de cerca de R\$24 bilhões. O concessionário

de Guarulhos terá de pagar ao governo 97% da receita líquida, enquanto o de Brasília transferirá 94%.

Blairo Maggi alertou que é preciso saber qual a lógica do governo em relação às concessões do setor elétrico que estão para vencer: se a perspectiva é de privatizar apenas para melhorar seu caixa ou para garantir a melhoria dos serviços à população.

Em Plenário, à tarde, Dornelles destacou a decisão da CI, comentando que o leilão permitiu a participação de empresas nacionais e estrangeiras

independentemente da apresentação de qualquer documentação financeira ou técnica para demonstrar capacidade financeira, índice de liquidez, patrimônio líquido ou qualquer tipo de requerimento para suportar os avais, aportes e garantias necessários ao contrato. Para ele, a Anac e o governo federal, ao não tomarem medidas de verificação da capacidade técnica e financeira do proponente nem avaliar seu plano de negócio, põem em risco todo o programa de concessões e sua reputação.

Ana Amélia cobra melhor atendimento em aeroportos



Ana Amélia (PP-RS) cobrou ontem, em plenário, que a concessão de três aeroportos para exploração da iniciativa privada, definida nesta semana, resulte na melhoria do atendimento.

A senadora citou a posição da IATA, entidade que reúne as maiores empresas de transporte aéreo no mundo, indicando que o alto preço da compra dos aeroportos pode não ser compensado apenas com sua exploração. Assim, os valores poderão ser repassados em novos impostos para os passageiros.

Para a senadora, questões como essas precisam ser respondidas pelo governo, que deve ter mecanismos de fiscalização da qualidade dos serviços.

Requião diz que fundos de pensão dominaram leilão

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que somente empresas que estavam associadas a fundos de pensão participaram do leilão de aeroportos. Na visão do senador, o que houve foi uma transferência de recursos dos fundos dos trabalhadores para os cofres da União. Ele ressaltou que os investimentos serão financiados em 80% pelo BNDES.

— É aquele velho jogo: as empresas e os fundos entram, estão livres de concorrência pública, superfaturam, e os 20% que não são financiados pelo BNDES passam a ser cobertos pelos sobrepreços da obra — criticou, sugerindo uma discussão do Congresso.

— Foi uma manobra para fazer caixa do governo federal — disse o senador.

José Agripino critica redução de investimentos



José Agripino (DEM-RN) criticou ontem o governo Dilma Rousseff por destinar, segundo disse, poucos recursos para investimentos produtivos no país, principalmente em infraestrutura. Ele acentuou que o governo arrecadou em 2010 R\$ 880

bilhões e investiu R\$ 47 bilhões. Em 2011, R\$ 970 bilhões e R\$ 42 bilhões, respectivamente.

— O que aconteceu entre 2010 e 2011? A ganância eleitoral de 2010, que provocou a retomada da inflação. E o governo, que não controlou gasto público, teve uma única saída para conter a inflação de demanda, que foi conter a taxa de juros — completou o parlamentar.

Alfredo José de Camargo diz aos senadores que a Costa do Marfim, depois de duas guerras civis, está em sua melhor fase, tanto que os investimentos internacionais começaram a voltar ao país

Sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores, o diplomata Alfredo José de Camargo atualmente é embaixador na Bolívia



José Cruz/Senado Federal

Costa do Marfim: comissão aprova novo embaixador

A INDICAÇÃO DO diplomata Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo para a embaixada do Brasil na Costa do Marfim foi aprovada, ontem, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O diplomata ressaltou que, depois de sair de duas guerras civis num curto espaço de tempo, o país passa por sua melhor fase, num cenário em que “a confiança e o investimento internacionais começam a retornar”.

De acordo com Alfredo de Camargo, a Costa do Marfim, assim como outras nações africanas, tem admiração pelo Brasil e deposita grandes expectativas na relação com o país.

— Eles nos veem como um modelo e fonte de cooperação. Por isso, enxergam no Brasil um parceiro em setores importantes, como comércio, educação, ciência e tecnologia — ressaltou o diplomata, que atualmente está à frente da embaixada brasileira na Bolívia.

Ao apresentar o país africano aos senadores do colegiado, o embaixador informou que índices de mortalidade infantil (65 por mil) e de analfabetismo (48%) ainda são significativos, mas há perspectivas de melhoras.

Positivamente, ele apontou a malha viária — são 13 mil quilômetros de estradas asfaltadas — e a convivência



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

harmônica entre os seguidores das diferentes religiões. Muçulmanos e católicos são maioria.

Base da economia é sobretudo agrícola

Com produto interno bruto de US\$ 24 bilhões (o equivalente a menos de 1% do PIB brasileiro), a economia da Costa do Marfim é baseada principalmente na agricultura, o que chamou a atenção dos senadores da Comissão de Relações Exteriores durante a sabatina de Alfredo de Camargo para a embaixada do Brasil no país.

— Atualmente compramos apenas cacau e vendemos muita carne e derivados, mas podemos variar esta pauta — afirmou, dizendo que a Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa), que já realizou pesquisas e prestou assessoria técnica ao país, “deve ser uma grande parceira”.

Em relação ao quadro político, Alfredo de Camargo lembrou que o país ficou independente da França em 1960 e teve somente um presidente durante 33 anos.

— O líder morreu em 1993 e deixou o país órfão politicamente e sem maturidade, formando um cenário favorável a tensões políticas e a conflitos étnicos. Em 2010, houve eleições e mais conflitos. Desde meados de 2011, no entanto,

há um esforço de reconciliação nacional — explicou.

População jovem

Com 23 milhões de habitantes de 60 etnias, a Costa do Marfim fica na costa ocidental da África. Apesar do rápido processo de urbanização, cerca de 60% dos marfinenses ainda moram na zona rural. A população é jovem: quase metade tem menos de 15 anos.

Abidjan, com quase 3 milhões de habitantes, é a capital econômica. A capital política é Yamoussokro. A língua oficial é o francês.

Jorge Viana pede criação da Fundação Caixa Econômica

Jorge Viana (PT-AC) defendeu ontem, em pronunciamento, projeto do então senador Tião Viana que autoriza a criação da Fundação Caixa Econômica Federal. O parlamentar argumentou que a proposta (PLS 265/10) trará grandes benefícios aos brasileiros.

Ele destacou o “crescimento exponencial” da Caixa Econômica sob os governos Lula e Dilma Rousseff e disse esperar que seja seguido o exemplo da Fundação Banco do Brasil.

O senador ressaltou que essa entidade se consolidou como



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador cita exemplo da Fundação Banco do Brasil como caso de sucesso

instrumento de inclusão social e de parceria com a educação e a cultura. Ele também citou a importância do Instituto Itaú Cultural e da Fundação Bradesco.

De acordo com Jarbas, Dilma repete erro de Lula

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que o governo Dilma Rousseff, em sua maior parte, é apenas continuísmo do governo Lula.

— Dilma não imprime uma marca própria ao seu governo. Repete todos os erros e excessos de seu antecessor. Acenou com um combate efetivo à corrupção e uma mudança de métodos políticos, mas nada fez. Infelizmente, é mais do mesmo — disse Jarbas, lembrando que, mesmo integrando partido da base governista, mantém posição independente no Senado.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Jarbas diz que mantém posição independente em relação ao PMDB

Na avaliação do senador, a presidente Dilma recebeu de seu antecessor “uma herança realmente maldita”, tendo que administrar com “um quadro político deteriorado”. Para Jarbas, o presidente Lula transformou o Executivo em uma “luta desenfreada” por espaços de poder entre partidos “sem conteúdo”.

Simon diz que tornar-se avô aumentou seu dever com país

Pedro Simon (PMDB-RS) celebrou o nascimento de sua primeira neta, Isabela, no dia em que o senador completou 82 anos, em 31 de janeiro.

Segundo Simon, a neta veio à luz “para turbinar suas esperanças em um mundo melhor”, e se tornou o novo combustível na luta por um Brasil mais justo, honesto e democrático na distribuição das riquezas.

O senador disse que seu dever com a família e com o Brasil cresceu. Para ele, é importante continuar construindo para Isabela a maior



Waldemir Barreto/Senado Federal

Segundo Simon, nascimento da neta “turbinou” suas esperanças no mundo

de todas as heranças: a ética, como essência do ser. E como ser humano e político, sua responsabilidade também se estende aos demais.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão que investiga tráfico de pessoas realizará audiência pública em março para obter informações sobre maus-tratos e outros tipos de abuso sofridos por imigrantes

Em Manaus, CPI debaterá situação de haitianos

PARA DISCUTIR A recente onda de imigração de haitianos ao Brasil, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas vai realizar audiência pública em Manaus, provavelmente em 5 de março. Foi o que anunciou ontem a presidente do colegiado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Para fugir da miséria em seu país, que se agravou após o terremoto de 2010, muitos haitianos têm entrado no Brasil de forma irregular, conduzidos por coites — homens que cobram para guiar imigrantes clandestinos pela fronteira entre dois países. O principal destino dos haitianos são os estados do Acre e do Amazonas.

— Há denúncias de maus-tratos e abusos por parte dos coites. Nós precisamos ouvir urgentemente os imigrantes — assinalou a parlamentar, citando estimativa não oficial de que pode haver cerca de 6 mil haitianos somente no Amazonas.

Além dessas denúncias e da situação legal dos imigrantes, também estarão em debate a falta de estrutura para recebê-los e a dificuldade para oferecer-lhes emprego.

Vanessa Grazziotin informou que a audiência em Manaus será realizada em conjunto com a Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), e que o presidente desse colegiado, Paulo Paim (PT-RS), avisou que pretende participar da reunião.

A nova relatora da CPI do Tráfico de Pessoas será Lídice da Mata (PSB-BA), que substituirá a ex-senadora Marinor Brito. Já o novo vice-presidente da CPI será Paulo Davim (PV-RN), que entra no lugar de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), presidente da CPI do Ecad. Paulo Davim foi quem solicitou a audiência pública em Manaus.

Vanessa Grazziotin pedirá prorrogação do prazo dos trabalhos da comissão. O prazo atual se encerra em 15 de abril. Ela lembrou que a Câmara dos Deputados acaba de criar CPI com o mesmo objetivo.



Governo do Acre cadastra haitianos, que chegaram ao estado fugindo das más condições de seu país



Ao lado de Paulo Davim, Vanessa Grazziotin preside reunião da CPI que investiga o tráfico de pessoas

Vanessa afirma que governo brasileiro ainda precisa fazer mais pelos imigrantes

Vanessa Grazziotin cobrou, no plenário, ação mais efetiva do governo federal para resolver a situação dos imigrantes haitianos no Brasil.

De acordo com a senadora, o povo e o governo amazonenses têm demonstrado solidariedade com os imigrantes, mas, segundo ela, é preciso expandir as

ações do governo federal.

— O Amazonas, e não mais o Acre, tem sido o principal destino dos haitianos que procuram o Brasil não só para se refugiar, mas para aqui iniciar uma nova etapa de vida, depois de epidemias de dengue, depois do terremoto que sofreram. Penso que este tema tem que ser

tratado, e vem sendo tratado, em âmbito nacional. O governo federal mobilizou uma equipe do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para ir até o Amazonas. Entretanto, a ajuda ainda é muito pequena — afirmou.

Muitos desses imigrantes entram no país irregularmente, conduzidos por

“coites”, e vários deles denunciaram maus-tratos durante a viagem.

— São pessoas muito pobres, que muitas vezes pagam de US\$ 3 mil a US\$ 6 mil para chegar ao Brasil. Quando não têm o dinheiro todo, segundo denúncias, até órgãos são retirados para fins de tráfico — disse.

Brasiguaios reúnem Patriota e representação no Parlasul

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, deverá debater a questão dos brasiguaios com a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). A audiência, prevista para a próxima quinta-feira, foi convocada por requerimento do deputado Roberto Freire (PPS-PE).

O presidente da representação, senador Roberto Requião (PMDB-PR), pede que o ministro converse com os parlamentares a respeito das negociações entre Brasília e Assunção.

Desde 23 de janeiro, relata a Agência Brasil, brasiguaios — brasileiros residentes no Paraguai — e *carperos*



Senadora Ana Amélia participa da reunião da Representação Brasileira no Parlasul

— como são conhecidos os sem-terra paraguaios — estão em conflito na região de Santa Rosa del Monday, no departamento de Alto Paraná.

Para os *carperos*, as terras dessa região devem ser destinadas à reforma agrária

e foram ocupadas irregularmente pelos brasileiros. Os brasiguaios negam que as terras sejam irregulares, reclamam que o governo paraguaio não toma providências para impedir invasões e alegam que a polícia não cumpre os

mandados judiciais para retirada dos *carperos* invasores. No dia 3, a Justiça paraguaia determinou a reintegração de posse para os brasileiros. Segundo Freire, o governo paraguaio está empenhado em atender às demandas locais de reforma agrária, ao mesmo tempo em que busca solução pacífica para os brasiguaios, “dentro da lei e com respeito à propriedade privada e a garantia à segurança dos colonos no Paraguai”.

— O conflito vem se arrastando há bastante tempo. A situação, hoje, alcançou um estágio extremo e merece atenção especial das autoridades brasileiras — disse.

Senadores da CRE pretendem ir ao Paraguai para tratar de conflitos

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou a formação de comissão temporária externa para tratar da crise envolvendo agricultores brasileiros radicados no Paraguai e os sem-terra paraguaios, os *carperos*.

A criação da subcomissão temporária depende ainda de aprovação do Plenário, onde o requerimento, de autoria de Sérgio Souza (PT-PR), com apoio de Ana Amélia (PP-RS) e Mozarildo Cavalcanti

(PTB-RR), tramitará em regime de urgência. O grupo, formado por cinco parlamentares, deverá visitar o parlamento e o Executivo do país vizinho na tentativa de encontrar solução para o conflito, que vem se intensificando nas últimas semanas.

No início da semana, o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, disse que seu governo rejeita atos violentos e de justiça com as próprias mãos e orientou

a polícia a assegurar a ordem na região de fronteira.

O presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), lembrou que convidou representantes dos colonos para audiência pública a ser realizada em 27 de fevereiro, às 18 horas. A audiência será realizada no contexto do ciclo de debates sobre os rumos da política externa brasileira, que está sendo organizado pela comissão.

Cerca de 350 mil agricultores brasileiros vivem na região

Existem aproximadamente 350 mil agricultores brasileiros no Paraguai, os chamados brasiguaios. Muitos são nascidos naquele país, descendentes dos primeiros colonos que há 40 anos se deslocaram para lá. Nas últimas semanas, esses brasileiros estão sofrendo pressão dos sem-terra paraguaios para abandonarem as terras.



Reposição de aulas aos sábados e feriados é "remendo", diz senadora

Ângela Portela critica situação da educação em RR

Problemas na rede pública de ensino de Roraima, segundo Ângela Portela (PT-RR), têm provocado altos índices de analfabetismo e baixo desempenho dos estudantes em exames nacionais. A senadora criticou a decisão do governo do estado de alterar o calendário escolar "sem ouvir os professores". Segundo Ângela, o retorno às aulas foi transferido de 6 para 23 de fevereiro, sob a alegação de que algumas escolas estão em obras.

Ela sugeriu que pelo menos um terço do tempo na escola deva ser reservado a atividades extraclasse, conforme a Lei 11.738/08. A senadora ainda citou situação de "descontrole" na folha de pagamento do magistério de Roraima, lamentou as "dívidas sociais de atendimento" no sistema de ensino e pediu mais avanços.



Sérgio Souza propõe introdução de disciplinas sobre ética nas escolas

Souza quer duas novas disciplinas nas escolas

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) apresentou projeto de lei (PLS 2/12) que torna obrigatórias nos currículos escolares duas novas disciplinas: Cidadania Moral e Ética, na grade do ensino fundamental; e Ética Social e Política, no ensino médio.

— O objetivo do projeto é aprimorar o conteúdo do ensino fundamental e médio com vistas a incluir, entre suas diretrizes, a preocupação com os valores morais e éticos que devem fundamentar a sociedade — explicou ele, ontem, em pronunciamento no plenário.

Na avaliação do parlamentar, a introdução dessas duas novas disciplinas nos currículos das escolas de todo o país produzirá impactos positivos a longo prazo na cultura dos brasileiros.

Subsecretário do Ministério das Relações Exteriores disse que governo brasileiro espera que o evento, marcado para junho, fixe objetivos de desenvolvimento sustentável a serem alcançados pelos países

Luiz Alberto Figueiredo Machado (E), ao lado do presidente da CRE, Fernando Collor, diz que a nova conferência não deverá elaborar documentos, pois isso foi feito pela Rio-92



Rio+20 precisa estabelecer metas, afirma embaixador

UM DOS PRINCIPAIS resultados que o governo brasileiro espera da Conferência Rio+20, em junho, é o estabelecimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, segundo informou ontem o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, subsecretário-geral de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

Em audiência da Comissão de Relações Exteriores (CRE), ele acrescentou que os novos objetivos substituiriam os objetivos do milênio, estabelecidos pela ONU em 2000 para serem alcançados até 2015.

— Os objetivos do desenvolvimento sustentável incluiriam sustentabilidade econômica, social e ambiental. A Rio+20 não apenas deve ser um êxito internacional, mas deve deixar no país uma marca profunda de um novo modo de atuação e pensamento — disse Figueiredo, lembrando que o Brasil tornou-se um país diferente depois de 1992, quando

aconteceu no Rio a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O embaixador afirmou que a nova conferência não deverá ser legislativa, uma vez que há 20 anos já se estabeleceram os principais documentos.

— A Rio+20 será a hora de pensar o que temos de fazer, em termos planetários, de diferente do que estamos fazendo. Temos de fazer valer o legado da Rio-92 e integrar nas nossas decisões considerações de crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental — assinalou.

Na abertura da reunião, o presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), elogiou o papel do embaixador durante a 17ª Conferência da ONU sobre Mudança Climática (COP-17), realizada em Durban, na África do Sul, no fim do ano passado. A delegação brasileira, a seu ver, teve papel decisivo na construção de um entendimento que permitiu a

prorrogação do Protocolo de Kyoto e o início dos debates sobre um novo pacto global para mudanças climáticas.

Luiz Henrique (PMDB-SC) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) perguntaram ao embaixador se a aprovação pelo Senado do projeto do novo Código Florestal havia tido repercussão em Durban. Em resposta, Figueiredo informou que recebia perguntas sobre o tema da imprensa estrangeira, mas não de representantes de outros governos. Marcelo Crivella (PRB-RJ), por sua vez, criticou o que chamou de "civilização do desperdício" existente em países altamente desenvolvidos.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou a abordagem do tema da inclusão social pela Rio+20. E o senador Jorge Viana (PT-AC) pediu "ousadia política" aos participantes da nova conferência, para que ela tenha o mesmo sucesso político da Rio-92.

Lauro é eleito vice-presidente de subcomissão

Com três votos a favor e nenhum contrário, o senador Lauro Antônio (PR-SE) foi eleito ontem vice-presidente da Subcomissão de Desenvol-

vimento do Nordeste. Poucos minutos antes, o senador tomara posse como membro titular da comissão, no lugar do senador Eduardo Amorim

(PSC-SE), de quem é suplente. Eduardo Amorim licenciou-se para submeter-se a uma cirurgia no joelho.

Votaram a favor de Lauro Antônio, além dele próprio, José Pimentel (PT-CE) e Wellington Dias (PT-PI), presidente da subcomissão. Na reunião, também ficou marcada nova visita técnica a Sergipe, a ser realizada em 19 de março.

Wellington Dias informou que o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wagner Bittencourt, irá apresentar, em Sergipe, um esboço do Programa de Incentivo à Aviação Regional, que está em desenvolvimento.

Também serão convidados os ministros da Integração Nacional, Fernando Bezerra; do Turismo, Gastão Vieira; e da Cultura, Ana de Hollanda, além dos governadores e parlamentares federais da região.



Senador Lauro Antônio (D) ressalta importância do turismo para o Nordeste

Capiberibe pede solução de dívida com Eletronorte

João Capiberibe (PSB-AP) anunciou que a bancada federal do Amapá pretende se encontrar com a presidente Dilma Rousseff ou com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para discutir a crise enfrentada pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), afundada em dívida bilionária com a Eletronorte. O montante cresceu vertiginosamente desde o fim de sua gestão, em 2002: em 1999, girava em torno de R\$ 37 milhões; em 2006 já superava R\$ 200 milhões; agora está em R\$ 1,56 bilhão.

O senador disse que a bancada vai em busca de "uma solução justa que contemple o povo do Amapá e atenda às exigências do governo". E defendeu a punição dos responsáveis pelo "passivo absurdo".



João Capiberibe espera que governo negocie uma saída para o Amapá

Humberto diz que Nordeste é prioridade

Ao comentar a visita que a presidente da República, Dilma Rousseff, fez ontem aos estados de Pernambuco e Ceará, Humberto Costa (PT-PE) afirmou que o Nordeste e as regiões menos favorecidas do país são áreas prioritárias para o governo federal.

— A participação do Nordeste no PIB vem crescendo — disse.

Na viagem a Pernambuco, o senador ressaltou que a presidente cobrou agilidade na execução das obras da transposição do rio São Francisco e também da Ferrovia Transnordestina, dois empreendimentos "de grande repercussão para a melhoria da qualidade de vida da população nordestina".

Humberto Costa também lembrou os 105 anos do frevo, ritmo tipicamente pernambucano.



Senador comenta viagem da presidente Dilma Rousseff à região